RESENHA BIBLIOGRÁFICA

R. A. Amaral Vieira

Information et Opinion Publique, Bernard VOYENNE, *in Revista del Instituto de Ciencias Sociales*, Barcelona Espanha

O número 15 da *Revista del Instituto de Ciencias Sociales* (Diputación Provincial de Barcelona), o último de 1970, é dedicado ao estudo da opinião pública e informação, o que faz sob os mais diversos ângulos, pràticamente esgotando as explorações ao nível da Ciência Política, graças à colaboração dos mais destacados cientistas sociais europeus, reunidos nessa publicação.

Na impossibilidade de comentar tôdas as contribuições, optamos por aquêle tema que, segundo entendemos, mais de perto se liga aos problemas atuais do periodismo nos países subdesenvolvidos. Daí a preferência pelo artigo do professor Voyenne. A contribuição de que se reveste seu estudo é tanto mais considerável quanto é escassa, entre nós, a bibliografia especializada. Com efeito, apesar da importância crescente e do desenvolvimento, acentuado nos últimos cinco anos, dos meios de comunicação de massa e de sua utilização por particulares e pelo Estado, poucos têm sido os cientistas políticos preocupados com sua análise. Pelo menos é escassa a contribuição, daí parecer-nos da maior importância divulgar os principais conceitos formulados pelo professor francês. Esperamos que suas idéias estimulem a necessária discussão dos temas que suscita.

O problema e nos afigura sob diversos prismas: a) informação e b) formação da opinião pública. A ação dos meios de comunicação, por seu turno, pode ser desencadeada ora pelo Estado, ora por particulares (através ou não de cadeias). Sob o ponto de vista da *opinião pública*

pura e simples (se isso é possível) há-de assinalar dois momentos absolutamente distintos: a) ação do Estado na moldagem da opinião pública e b) a ação da opinião pública sôbre a conduta do Estado. Uma discussão relevante é a que diz respeito, na sociedade contemporânea, ao papel da opinião pública: em que medida ela é um instrumento de quem domina os meios de comunicação (e portanto formadores de opinião) de massa e em que medida ela influi nos controladores dos meios e instrumentos formadores de opinião, o Estado e os particulares. O artigo do professor Voyenne foi analisado a partir dessas considerações.

Voyenne parte da necessidade de conceituar *opinião pública* e recua até Sófocles ao afirmar que tôda opinião se refere, conscientemente ou não, às *leis não escritas* e eternas que Antígona opunha à vontade momentânea do tirano: *marchant à la mort pour une conviction subjetive, elle achetait le droit de vivre au sein d'une certitude lumineuse, absolue*. Estamos diante de exemplo de opinião individual, sem poder de coerção social ainda que, por fôrça de sua potencialidade subjetiva (admitindo-se a possibilidade de resistência individual) possa opor-se às tiranias, sejam elas a opressão política, sejam elas a imposição de valôres sociais formados por preconceitos ou dirigidos para objetivos políticos prefixados. Mas, segundo Voyenne, que seria a *opinião pública?* A opinião geral formada pela soma da opinião (individual) de cada um: freqüentemente, a opinião preponderante (do maior número de pessoas) quando coincide, ou se aproxima, em um mesmo momento, sôbre o mesmo objeto, pesa influenciadoramente sôbre as opiniões particulares, formando a *opinião pública*.

O conceito de Voyenne, todavia, sugere-nos uma discussão esquecida por seu trabalho: a formação da opinião particular paralelamente à formação da opinião pública, dela resultante. Parece-nos de difícil divisibilidade o processo formulador da opinião individual e da opinião pública; igualmente, é-nos difícil compreender a opinião pública como um resultado das opiniões individuais sem igualmente compreender, numa clara ação-reação, as opiniões individuais como um reflexo da opinião pública, que se abate sôbre os espíritos dos indivíduos, formando-lhes a conduta, os conceitos e as opiniões, ainda que, dialèticamente, venha a ser influenciada pelo processo que desencadeou.

Posta de lado essa questão — de resto um tema para reflexões políticas — retomemos o texto de Voyenne. Fixado o conceito de *opinião pública*, cumpre operacionalizá-lo: a opinião pública não é a opinião de todos mas a do grupo majoritário; pressupõe, por sem dúvida, a coexistência com a opinião de grupos minoritários e, ainda, a resistência, das minorias, à opinião (pública) dominante e a insubordinação do indivíduo quando é insolúvel o conflito entre a opinião pessoal e a majoritária. Leia-se Voyenne:

'Une telle conjonction (a reunião dos pontos de vista individuais formando a opinião pública) *n'est pas tellement fréquent, si ce n'est dans l'assentiment vague ou les préjugés invétérés. Mais, quand elle se produit sa force est grande, comme étant celle-là même que nous déclarions invencible, à plus ou moins brève échance. Sans doute les opinions minoritaires, surtout quand elles émanent de ceux qui possédent quelque compétence ou détiennent un mandat, ne sont jamais négligenciables. Il n'y a pas nécessairement du mérite à hurler avec les loups — ni même avec les agneaux — et le devoir est souvent d'aller à contre-courant pour tâcher d'éclairer l'opinion. C'est un grave problème de savoir quand, et à propos de quoi, il convient de soutenir l'opinion publique et quand il faut avoir le courage de l'affronter. Reste que, dans tous les cas, on ne peut-éviter d'en tenir compte.*

Ruser avec le vent est encore une manière d'avancer; s'opposer de front à la force dominante, c'est se condamner à l'immobilisme. A la limite, il est normal que l'opinion majoritaire l'emporte, même quand elle nous paraît avoir tort, parce que, après tout, les peuples sont maîtres de leur destin et, donc, de leurs erreurs. Il faut alors se rallier, serait-ce en protestant, et la désobéissance ne devient le plus sacré des devoirs qu'en cas de conflit vraiment insoluble entre notre opinion personnelle et celle de la majorité."

A opinião pública assim configurada apresenta-se, a seguir, como um apanágio do próprio desenvolvimento de nossa civilização. Para fortalecer seu conceito, Voyenne se apóia em textos consagrados, um do Papa Pio XII — que vai encontrar na tradição a sua fôrça — e outro de Napoleão (1.º) que, exercendo um poder bem distinto do papal, tinha tôdas as razões para conhecer o significado e a importância da opinião pública, e escrever com conhecimento de causa.

Após destacar a existência da *opinião pública* como inerente a tôda sociedade dita normal, e é tôda aquela composta de homens livres conscientes de seu papel social e individual, Pio XII (*Discurso no Congresso Mundial de Imprensa*, Roma, 1950) assinala a opinião pública como o eco natural, a ressonância comum mais espontânea dos fatos e da situação atual sôbre os espíritos e sôbre seus julgamentos. Assim, *"Là où n'apparaît aucune manifestation de l'opinion publique, là surtout où il faudrait en constater la réelle inexistence,* (...) *on devrait y avoir un vice, une infirmité, une maladie de la vie sociale.*

O banido de Santa Helena fala como estadista, como ex-chefe absoluto de um estado totalitário. Para êle (*Memorial de Santa Helena*, 1,2) a opinião pública é a um só tempo misteriosamente invisível e irresistível: nada é mais móvel, mais vago e mais forte; caprichosa, ela é entretanto verdadeira, razoável, justa, muito mais freqüentemente do que se pensa.

A opinião é ainda apresentada por Voyenne sob três aspectos distintos:

a) a acepção mais comum, crenças sem fundamento (preconceitos) superstições, assertivas formuladas sem certeza ou convicção;

b) quando, porém, a palavra opinião se emprega designando julgamentos — sejam estéticos, morais etc. — que nós formulamos a propósito de fatos valorativos que nenhum empirismo poderia demonstrar, temos a segunda acepção, ou seja, a opinião como conjunto de juízos de valor que se aninham em nossa personalidade e de crenças essenciais derivadas de nossa personalidade;

c) a terceira acepção indica a tomada de consciência de sua existência: tôdas as explicações, demonstrações, exposições, visando a esclarecer a decisão alheia são não apenas recomendáveis como absolutamente necessárias, desde que tôda manipulação oculta esteja ausente, ou seja, que os argumentos utilizados sejam autênticos e verdadeiros.

A vida cívica, e de uma maneira geral nossas ações cotidianas estão plenas de circunstâncias pelas quais nossa escolha implica em optar pela autoridade. Uma tal conduta, sendo correta, sugere argumentos de tal ordem racional que nos obrigam a aceitar opiniões alheias. E na medida que estamos sendo influenciados estamos sendo vítimas de dominação: *je tiens pour parfaitement immoral toute action cherchant à (les) influencer, parce qu'elle n'est rien d'autre qu'une forme sournoise de domination.*

E aqui atingimos o cerne do problema, a legitimidade de tôda influência no processo elaborativo da opinião (pública ou individual), ou seja: há algum direito moral que me permita influenciar a outrem? Ou ainda, em que medida essa influência não será uma violência, pelo menos intelectual e psíquica? Para Voyenne essa influência é um ato de guerra social: *Ce que je dis c'est que crier son opinion pour étouffer l'opinions des autres, se servir de la position que l'on occupe pour imposer ce que l'on pense, chercher à influencer non par le sérieux des arguments mais par la violence de l'affirmation, sont des actes de guerre sociale aussi graves, parce que de même nature, que la guerra tout court. Toute domination de l'homme par l'homme, ne se front pas seulement par les armes, par l'argent ou par la coercition politique mais, en definitive, par la véhémence du verbe.*

De nossa parte, entendemos que a resposta a essas questões deve partir da análise da sociedade atual, marcada pela tendência à *massificação e ao consumismo.* Que se procura significar com êsses têrmos?

Tanto a massificação como o consumismo sugerem não apenas o esmagamento da vontade individual (o personalismo), como também o que é igualmente grave, a manipulação da vontade geral na direção de objetivos prefixados pelos controladores dos meios e instrumentos de

comunicação. Essa intervenção na sociedade contemporânea, sôbre ser corrente, é uma das características, possìvelmente a mais marcante, de nossa civilização.

A intervenção desconhece razões éticas ou políticas, e os instrumentos que a realizam podem deixar de ser lícitos ou morais. O instrumento básico da manipulação é a propaganda, direta, indireta ou subliminar seu objetivo pode ser político (manipulado ou não pelo Estado) e comercial. Se a propaganda governamental pode dirigir a população para os objetivos mais sagrados da civilização como um todo e do País em particular, pode igualmente ser um instrumento de pressão política sôbre as minorias e as oposições. Êsse expediente é freqüentemente utilizado visando à conservação do poder pela classe dirigente ou, ainda por fôrça dêsse objetivos, utilizado para, violentando a formação cultural da população, moldá-la aos objetivos do Estado, impondo-lhe nova filosofia de vida, novos arquétipos sociais etc. Por seu turno, a propaganda comercial pode induzir a população em êrro, levando-a a preferir produtos que não sejam os mais indicados ou mais baratos, dando, enfim, no consumismo, em que a produção se transforma num instrumento não de atendimento das necessidades, mas do consumo pelo consumo.

Daí ter razão Voyenne quando vê a sociedade atual em um estado de guerra permanente no qual as opiniões mais fortes e as melhores armadas se opõem às mais fracas e pretendem impor-se tão-só graças à sua fôrça brutal.

Retomemos o texto de Voyenne. O último problema sugerido é o relativo ao binômio imprensa-opinião. Por imprensa aqui se entenda tanto o periodismo como o rádio e a televisão.

O desenvolvimento obtido pelas modernas técnicas de jornalismo associadas à tecnologia aplicada à comunicação de massa deram à imprensa destaque e importância que não poderiam ser antevistos pelos redatores da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão quando (artigo XI), pela primeira vez, a idéia da liberdade de imprensa é associada à liberdade de opinião.

A imprensa, no seu conceito clássico, foi concebida como instrumento (jornal) destinado à manifestação de opinião. Hoje, ao lado da simples manifestação de opinião, é preciso de ver essa manifestação como elemento de formação de opinião. Por outro lado, mercê de todo o desenvolvimento tecnológico alcançado pelo século, a informação se tornou num dos mais preciosos instrumentos de formação de opinião, construindo mais um problema contemporâneo: a liberdade de informação ou o direito subjetivo de todo cidadão à informação. Haviam de cair por terra, mais uma vez, as pilastras do liberalismo, corroídas pelo mundo moderno. É que o liberalismo (*les jornaux sont des écrits à manifester*

des opinions; ce caractère domine tellement en eux qu'il ne peut leur être contesté) para sua formulação da liberdade de imprensa, partiu de dois *a priori*, hoje contestáveis: a) cada opinião, e portanto cada homem, tem a possibilidade de editar um jornal; e b) as opiniões dominantes são as que, por fôrça do jôgo da oferta e da procura, se exprimem através dos jornais de maior circulação. Para Voyenne esta última condição é de um otimismo tão exageradamente ingênuo a ponto de jamais haver sido realizada. Quanto à primeira, é irrelevante que continue inspirando a legislação *liberal* de numerosos países nos quais, inclusive, o máximo que se pode registrar é que essas liberdades ainda não foram abolidas. É que, assinala o professor da Universidade de Paris, *le droit est une chose et la réalité une autre*.

Qual o quadro que se descortina, realmente, diante do cientista social?

Contrariando essas construções puramente doutrinárias, o que se observa são as opiniões carecendo de órgãos para sua expressão e, por outro lado, uma tendência geral à redução do número de jornais e à supressão dos ditos de opinião. No mundo ocidental decresce dia a dia o número de jornais e revistas em circulação e os que sobrevivem dificilmente, senão poucos, podem ser considerados *jornais de opinião* (a ser verdadeira a tese do liberalismo, os jornais deveriam ser a consagração, cada um, de uma opinião, o que não se observa).

Falamos até aqui em imprensa no seu sentido mais restrito (jornal). E que dizer do rádio e da televisão, controlados ora pelo monopólio estatal ora por cadeias poderosíssimas?

Se a opinião pública é uma das mais altas manifestações da liberdade humana, se não é possível governar contra a opinião (estamos diante de uma afirmação teórica), é possível informar contra os fatos, em desacôrdo com êles, negaceando-os ou distorcendo-os; e o Estado que assim procede está, de certa forma, governando contra a opinião, pois não permitiu sua manifestação negando-lhe o fato (informação) sôbre o qual reagiria (formaria opinião). É evidente que êsse comportamento implica numa violentação da consciência, e assim ação ilegítima. O direito à informação, o acesso ao fato e à notícia, é, desta forma, segundo entendemos, um direito inalienável tanto quanto o direito à liberdade de imprensa e de opinião. E não haverá quer liberdade de imprensa, quer liberdade de (manifestação de) opinião, se não houver liberdade de acesso à informação. Na medida que o periodismo contemporâneo é um periodismo de informação, e que a opinião deriva da informação, é fundamental sua garantia. Entre os direitos e garantias individuais, portanto, deve-se incluir o direito à informação correta, pôsto que a verdadeira missão do periodismo é oferecer aos cidadãos os meios de decidir (ou seja formar opinião) por êles mesmos.

Eu e Êles, José Américo de Almeida, Editôra Nosso Tempo em convênio com o Instituto Nacional do Livro.

Condena-se em José Américo o hábito de — mormente nas campanhas políticas — muito falar de si, e quase só de si. Aos críticos, o velho político costuma responder, jactancioso: *Falo porque posso*. Em sua defesa, todavia, pode-se objetar que essa vaidade deve ser permitida a quem já viveu tanto e tão intensamente e no fim da vida, lúcido e cheio de vitalidade, tem consciência do papel desempenhado na história de seu País.

Essas considerações vêm a propósito do título dado ao seu último livro: *Eu e Êles*. Ora, no caso, *Êles*, entre outros, são Getúlio Vargas, Epitácio Pessoa, Gaspar Dutra, Góes Monteiro, Oswaldo Aranha, João Pessoa personagens que desfrutam de posição de muito maior destaque no quadro da história política brasileira.

Na obra do ilustre político paraibano, mesclam-se reminiscências, memórias políticas, depoimentos e, até, diversos estudos biográficos e crônicas literárias. Não se observa um critério selecionador da matéria enfeixada, tudo sugerindo a simples reunião de trabalhos esparsos ao lado de fragmentos do diário íntimo do solitário de Tambaú. Talvez por isso mesmo resulte a desuniformidade do estilo, denunciadora das obras escritas em períodos esparsos, distantes no tempo e sem ligação temática. Há, porém, quer nos textos puramente literários, quer nas reminiscências, momentos de inexcedível criação, fazendo renascer, aqui e ali, amadurecido e ainda mais seguro, o estilista revelado pela *Bagaceira*.

Assim, na sua crônica de 1957 agora transcrita, *Entre o Mar e a Colina Verde*, escreve: *a areia* (refere-se à areia calcinada do Nordeste) *uma sêde velha que engole temporais* e, sôbre o vento na praia do seu refúgio: *Sacode os coqueiros que gesticulam com seus vultos franzinos e, sem poderem correr, acabam dançando, com uma dança de pés mortos*.

Dentre os textos *pròpriamente literários* enfeixados no volume, destaca-se *Augusto dos Anjos o Homem e o Poeta*, conferência proferida em João Pessoa na comemoração do seu cinqüentenário e, sem dúvida, ao lado do *clássico* estudo de Antônio Houais, uma das melhores análises já escritas no Brasil sôbre o extraordinário poeta do *Eu*.

O discurso com que tomou posse na Academia Brasileira de Letras denominou-o *Duas Revoluções*. É um misto de reminiscências histórico-políticas e auto-análise literária. Na primeira parte reporta-se à Revolução de 1930 e se fixa em apreciações em tôrno da personalidade de Getúlio Vargas (a figura do ditador está presente em tôda a obra de José Américo, especialmente nesse e nos capítulos *Lembro-me de* 37 e

Esta madrugada entrou na História). Em suas seguidas referências ao período de Vargas, José Américo deixa sempre transparecer uma profunda mágoa, talvez resultado do malôgro de sua candidatura presidencial. Na segunda parte dêsse discurso explica como se tornou romancista e, em dois momentos, faz revelações interessantes sôbre a origem *d'A Bagaceira*. Afinal, reporta-se ao patrono de sua cadeira, Tobias Barreto, fazendo rápidas considerações sôbre a *escola do Recife*, responsável por um dos momentos mais brilhantes da cultura de nosso País. Para José Américo, todavia, Tobias foi *Um divulgador, nem sempre em primeira mão, pois Recife se convertera num centro cultural, a irradiar pelo Norte*. Encerra o discurso tratando de problemas políticos da atualidade e fomula, de passagem, opinião sôbre o papel do intelectual. *Ainda que não participe dos acontecimentos políticos, o intelectual tem de ser o espectador mais atento dos problemas do mundo. Já tive ocasião de dizer*: "*Ninguém se isola das condições gerais*".

Sôbre Graça Aranha e, inevitàvelmente sôbre o modernismo e a Semana de Arte Moderna de São Paulo, temos um discurso pronunciado ainda na Academia. Nesse, estuda a obra do autor de *Canaan* a partir da localização histórica da obra e de seu autor, ensejando a exata compreensão do processo evolutivo de Graça e as influências políticas e literárias que terminariam por formar o grande ensaísta.

O último estudo dentre os que classificamos de *puramente literários* é o discurso com que saudou, na Academia, o Autor de *Morte e Vida Severina*, João Cabral de Melo Neto.

Seguem-se reminiscências, evocações e estudos biográficos, tais como:

Assis Chateaubriand, "criador e destruidor de Homens";

A Vitória do Bom-Senso, discurso pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba na aposição do retrato do Monsenhor Walfredo Leal;

O Contador de Histórias, crônica publicada no *O Cruzeiro* sôbre José Lins do Rêgo;

Epitácio Pessoa: *fôrça e sentimento*, discurso pronunciado na comemoração do seu centenário;

Virgílio de Melo Franco, discurso pronunciado no Senado.

Vamos agora aos aspectos políticos dessas memórias.

Abre o livro *Um Súmula de Vida*, como o título indica, um resumo da vida do memorialista, desde os tempos de engenho — a que deveria *A Bagaceira* — até o que denomina *No Cume*, sua vida política no período compreendido entre a Revolução de 30 e a campanha (última) para o Senado Federal, quando foi derrotado por fatôres alheios à pugna eleitoral: *Oficializou-se a corrupção*: *pela primeira vez a Agência do Banco do Brasil na Capital foi raspada, ficando sem fundos O*

DNER e DNOCS entregaram-se a cabos eleitorais que se transformaram em pagadores de uma candidatura apoiada pelo govêrno federal e pelo govêrno do Estado.

O insucesso levou-o a recolher-se a Tambaú num adeus definitivo à política embora deixasse claro que não apenas desejava como também se sentia em condições de retornar à vida pública: *Jânio e Jango ainda me fizeram oferecimentos para que meu nome não perdesse a vigência, mas a revolução de* 31 *de março apurou que eu já estava na idade limite.*

Os estudos mais importantes, sob o ponto de vista político, são: *Lembro-me de* 37 e *Esta Madrugada Entrou para a História*, já referidos, e *A Restauração Democrática.*

No primeiro, com a autoridade de partícipe dos acontecimentos, traz-nos o agitado e rico período compreendido entre os albores da revolução de 30 e o golpe de 37 que, entre outras coisas, pôs uma pá de cal nas suas justas esperanças de candidato à Presidência da República. A parte, inclusive, em que se reporta à malograda campanha presidencial, é do maior interêsse para o estudioso de nossa vida política. Nesse capítulo que nos revela com detalhes os mexericos dos subterrâneos políticos e onde se apresenta a figura de Vargas como a de um jogador frio e impassível (também insensível), sempre à espera da melhor oportunidade para o lance político — saltam aos olhos do leitor as profundas diferenças entre os dois revolucionários e a partir delas podemos encontrar explicação para as restrições que ao longo de todo o livro José Américo respinga sôbre a imagem do caudilho. Parece que, a partir de 37, José Américo só enxerga em Vargas, no Catete, um intruso, usurpador do lugar que lhe estaria reservado por direito. Mas tôdas essas restrições não o impediriam de retornar ao Ministério da Viação, no govêrno constitucional de Vargas.

É importante para a compreensão de 37 conhecer os perfis de Eurico Dutra e Góes Monteiro os dois chefes militares cuja ação foi decisiva para que Getúlio "virasse a mesa": *O General Eurico Dutra, Ministro da Guerra, estivera distante de tôda a maquinação. Mas trabalhado pelo general Góes Monteiro, que o fizera Ministro, acabara colocado ao centro da conspiração, como seu executor. Achava-se apalavrado. Só então compreendi que estava perdido.*

Referindo-se ao golpe militar que redundaria na redemocratização de 46, José Américo é revelador e corajoso. Outra vez Eurico Dutra no Ministério da Guerra e, portanto, no centro dos acontecimentos, sendo envolvido agora pelo político paraibano e conquistado à redemocratização pela promessa de presidir a Junta Militar que sucederia ao ditador. A êsse propósito, o capítulo *A Restauração Democrática* é de extraordinária importância fixando, sem retoques, a figura de perso-

nagens como Góes Monteiro e Dutra. Responsáveis pelo golpe de 37 que manteve Getúlio no poder contra a continuidade democrática, seriam os mesmos que, anos depois, iriam apeá-lo. Mas, qual a motivação de Dutra? Veja-se a reprodução dêsse diálogo entre José Américo e Dutra:

... Voltei à carga. Num dado momento trincou os dentes e ficou com o rosto mais parado como se estivesse na mira de uma peça de guerra:

— *Diga-me uma coisa. E a presidência da junta a quem caberá?*

Respondi, por minha conta e risco, sustentando o olhar mais penetrante:

— *Claro, ao Exército. Não sabe o poder que tem nas mãos.*

....

De volta, interpelaram-me os companheiros:

— *Acredita que o Dutra tope a parada?*

— *Eu já não tinha nenhuma dúvida:*

— *Aposto!*

Mas amigos de Getúlio e freqüentadores da intimidade do Ministro da Guerra estavam senhores da maquinação e preveniram ao ditador:

— *Ajeite o Dutra senão êle acaba botando o govêrno abaixo. Poderá depô-lo.*

No mesmo dia travou-se êste diálogo entre o Chefe do Govêrno e seu Ministro da Guerra:

— *General, estou cogitando de vários nomes para a minha sucessão, inclusive do seu.*

Com certas coisas não se brinca. A resposta foi certeira como um tiro de pontaria:

— *Aceito e agradeço.*

Ao comentar a crise do 24 de agôsto — que o encontrou no Ministério da Viação, José Américo não consegue refrear os ressentimentos anti-Vargas:

Faltava-lhe (a Getúlio) *tudo na aparência física e nas próprias maneiras para representar a imagem de um condutor. Deixou de adquirir uma expressão. Para o povo era o Chuchu, isto é, o sem sabor, o neutro. Assim o apelidavam, menos pelo formato, do que pela desconfiança na ação.*

ou

... E não vacilo em desfazer uma lenda: a de sua habilidade política... Tinha sorte para galgar as posições e era destituído de qualidades para conservá-las (diz-se isso de um homem que se manteve 20 anos no poder...).

Mas, discursando em público quando ainda fazia vida política, era amável para com a memória do estadista. No discurso em homenagem

a Epitácio Pessoa, José Américo, falando de si, reporta-se à sua primeira passagem pelo Ministério da Viação e vai recolher em expressões lisonjeiras de Getúlio Vargas o atestado de sua proficiência:

Tive de acudir a êsse chamado para honrar um compromisso irrefreável. O sonhador enganado podia contar comigo para se desobrigar de sua palavra dada. Caiu em minhas mãos a tarefa com plenos podêres, com a autonomia de ação que tive sempre como Ministro do saudoso Getúlio Vargas. E foi êsse grande brasileiro quem disse aqui, no seu discurso da Lagoa, em 1950: *Êste desejo de resolver o problema do Nordeste, prevalecendo sôbre qualquer outro, foi um fator que me induziu a confiar a Pasta da Viação, onde sua personalidade se afirmou com relêvo, ao Dr. José Américo de Almeida".*

Num país onde minguam os homens públicos e contam-se nos dedos de uma mão os estadistas, as memórias de um político da estatura de José Américo, além de abrir novos caminhos na análise de nossa história contemporânea, constituem obra de alto conteúdo didático: precisa ser lida não apenas pelos estudiosos e especialistas, mas, talvez principalmente, pelos jovens e pelos que se iniciam na vida pública.

Aquilo que foi ficção ontem é realidade científico-tecnológica hoje e será rotina amanhã. O problema crucial para o homem contemporâneo é o conhecimento. Mantenha-se em dia com o mundo de hoje e informado sôbre o mundo de amanhã lendo EL CORREO. Publicação mensal da UNESCO — Ciência, Educação e Arte além de Informes Especiais. Esta e outras publicações poderão ser solicitadas à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Praia de Botafogo, 188 — CP 21.120 — ZC-05, Rio de Janeiro, GB.